



Trabalhadoras Rurais Assentadas, Agroecologia e Agroindustrialização: Um caminho para a Soberania Alimentar

Settled Rural Workers, Agroecology and Agroindustrialization: A Path to Food Sovereignty

MOURA, Raquel Piedade¹; MACHADO, Carlos José Saldanha²

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), raquel@ct.ufrj.br; ² Fundação Oswaldo Cruz, carlos.saldanha@fiocruz.br.

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: O presente trabalho busca descrever e analisar as contribuições da agroindústria de polpas de frutas de base agroecológica liderada por trabalhadoras rurais do Assentamento Florestan Fernandes, localizado no estado do Espírito Santo e coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O grupo *Camponesas do Caparaó* inscreveu o projeto no Edital do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf) e teve a aprovação em primeiro lugar. Para enfrentar o agronegócio, modelo que compromete a biodiversidade, o direito à soberania e à segurança alimentar, são necessárias políticas públicas para projetos estruturantes coordenados por mulheres rurais com o intuito de fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia e reduzir a desigualdade de gênero. Dessa forma, coletivos como este podem ser encarados como uma estratégia para o estabelecimento de um sistema agrícola economicamente viável, ecologicamente sustentável, socialmente justo e culturalmente apropriado.

Palavras-Chave: agroecologia; assentamento rural florestan fernandes; ciências sociais e humanas voltadas ao ambiente; justiça socioambiental; MST; trabalhadoras rurais.

Contexto

O grupo denominado as *Camponesas do Caparaó* começou a produzir panificados, geleias e licores no ano de 2011, após cursos de formação oferecidos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A experiência com a produção artesanal permitiu a inserção das agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na comercialização em feiras agroecológicas nos municípios de Guaçuí e São José do Calçado e nas diversas feiras da Reforma Agrária do Brasil. Em 2015, as Camponesas do Caparaó decidiram dar um passo adiante na tentativa de agregar valor às frutas cultivadas no assentamento através da produção de polpas de frutas congeladas. Para a regularização da atividade e a construção da Unidade de Processamento de Frutas, o grupo buscou o auxílio técnico do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), no Escritório Local de Desenvolvimento Rural (EDLR) de Guaçuí. O projeto elaborado para a construção



da agroindústria que transforma frutas e polpas foi inscrito no Edital do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf) e teve a aprovação em primeiro lugar. A estrutura da agroindústria ficou pronta em 2018, mas somente no ano de 2019 as atividades tiveram início devido aos processos burocráticos de licenciamento (MOURA, 2020).

Nota-se que o diálogo entre a Universidade, as equipes de assistência técnica e as trabalhadoras rurais é imprescindível para a inserção da mulher campezina na economia rural em base sustentável. Mas é fundamental compreender as contradições enfrentadas pelas trabalhadoras rurais assentadas e militantes do MST, que se engajam na participação de grupos de cooperação voltados para o processamento de alimentos. O fato de serem mulheres envolvidas na luta pela terra não descaracteriza que estas também são mulheres inseridas na realidade do mundo capitalista, vivendo em uma sociedade iníqua, desigual, machista, patriarcado, hierárquica, misógina, racista e latifundista com divisão sexual do trabalho (MACHADO, 2022, 2023; SILIPRANDI, 2015). Assim, as mulheres camponesas também estão submetidas às opressões de gênero. A divisão sexual do trabalho e a hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino, sempre colocaram a mulher na esfera do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos e/ou filhas, o que limita a plena participação das mulheres nas atividades do campo.

Além disso, não se pode perder de vista que a emergência climática e a desigualdade de gênero são dois desafios interconectados. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), apesar de o gênero feminino estar muito mais atento à proteção ambiental, mulheres, meninas e corpos feminizados são muito mais vulneráveis à crise climática devido às profundas desigualdades estruturais existentes. A carência de ações efetivas às mudanças climáticas faz com que mulheres contem com menos ferramentas para lidar com os efeitos adversos do colapso ambiental (*Ibidem*). Portanto, políticas públicas para projetos estruturantes coordenados por mulheres rurais são essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da redução da desigualdade de gênero.

A agroecologia propõe um modelo tecnológico que busca produzir alimentos saudáveis, com respeito ao meio ambiente e à saúde humana, através do encontro entre os modos de conhecimento ancestral e acadêmico. Já o agronegócio utiliza um pacote tecnológico pautado na concentração de terras, no cultivo de monoculturas, no trabalho mecanizado e no uso massivo de agrotóxicos para a produção de *commodities* em larga escala para exportação. Portanto, diferentemente da agroecologia, o agronegócio não visa abastecer o mercado interno, ou seja, seu principal objetivo não é alimentar a população brasileira. Tal fato ficou bastante evidente durante a pandemia do Covid-19, na qual presenciamos o setor do agro bater recordes de safras e de lucro enquanto o país padecia com mais de 33 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave (Rede PENSSAN, 2022). No mesmo espaço de tempo, durante o auge da pandemia, o MST com toda a sua limitação doou mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e cerca de 2 milhões de marmidas solidárias (MST, 2022).

Sendo assim, o agronegócio além de comprometer a biodiversidade, o direito à soberania e à segurança alimentar, também é responsável pelo agravamento da precariedade econômica e da vulnerabilidade social no campo e na cidade, sendo



passível de críticas nas esferas técnica, ambiental, social e econômica. Para reverter este quadro, é de suma importância não apenas combater a desigualdade de acesso à terra mediante a implementação da Reforma Agrária Popular, como também repensar a tecnologia empregada na agricultura moderna dando suporte para iniciativas pautadas na agroecologia. É preciso refletir para que serve e a quem serve determinada tecnologia, afinal de contas nenhum sistema é meramente técnico. A integração de elementos comerciais, políticos, ambientais e culturais que definem a lógica de implementação (MACHADO, 2004, p. 64-65).

Dessa forma, acredita-se que coletivos como o das *Camponesas do Caparaó* podem ser encarados como uma forma de estratégia para o estabelecimento de um sistema agrícola economicamente viável, ecologicamente sustentável, socialmente justo e culturalmente apropriado.

Descrição da Experiência

O assentamento Florestan Fernandes, conquistado na luta pela reforma agrária, em 2003, possui cerca de 380 hectares e fica localizado entre os municípios de Guaçuí e São José do Calçado, na divisa entre os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, às margens do Rio Itabapoana. Atualmente 34 famílias residem no Florestan Fernandes, totalizando cerca de 120 pessoas na comunidade.

O espaço de convivência, onde antes ficava a escola do assentamento (hoje desativada), foi reformado para abrigar a produção de pães, geleias e licores. A formação original das Camponesas era composta por sete mulheres, atualmente fazem parte do coletivo cinco mulheres e dois homens, que dão suporte à produção. Todos (Figura 1) unidos pelo objetivo em comum de trabalhar em uma agroindústria pautada nos princípios da agroecologia. A iniciativa teve início quando as mulheres do assentamento participaram de um curso sobre plantas medicinais, oferecido pela UFES de Alegre, em 2011. Onze mulheres participavam do curso e, em função disto, recebiam uma ajuda de custo para manter os filhos em idade escolar. Depois, houve outro curso de capacitação pelo SENAR, de dois anos de duração, em diversos meios de produção, empreendedorismo e associativismo, entre os quais, a fabricação de polpas de frutas, pães e biscoitos.



Figura 1: Integrantes do coletivo Camponesas do Caparaó
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019)



Após o término desse curso, cinco mulheres se sentiram motivadas a continuar o trabalho na produção de pães para a merenda escolar municipal via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As interessadas enfrentaram diversos desafios tais como a regularização sanitária, a restauração do local onde se encontra a produção e, posteriormente, a conquista de maquinário especializado para a produção de pães. As trabalhadoras relataram que no início foi muito difícil, pois produzir mais de 400 pãezinhos manualmente era muito cansativo. Com a experiência adquirida, o grupo viu a oportunidade de ampliar a produção através da criação de uma agroindústria de polpa de frutas, por meio de um edital do governo estadual, o Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf), a partir de uma articulação do MST, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No dia 25 de março de 2018, o MST inaugurou simbolicamente a agroindústria de polpas de frutas (Figura 2) do grupo de cooperação *Camponesas do Caparaó*. A inauguração foi simbólica, porque apesar de toda a infraestrutura estar pronta (Figura 3), somente em meados de 2019, o MAPA concedeu a liberação para o início das atividades.



Figura 2: Agroindústria agroecológica das Camponesas do Caparaó
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019)



Figura 3: Infraestrutura da agroindústria
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019)

A primeira autora deste trabalho vivenciou a rotina de trabalho do grupo tanto em seus lotes individuais quanto no trabalho coletivo durante 10 dias no mês de julho de 2019. Também foi realizado o acompanhamento remoto durante a pandemia a fim de observar a participação do coletivo em diversas atividades tais como feiras, eventos externos e encontros realizados no próprio assentamento.



Diante da experiência vivenciada, observou-se uma relação diferenciada entre as trabalhadoras e os recursos naturais utilizados no beneficiamento, já que a agroindústria tem como base os princípios da agroecologia. Todos os produtos são feitos com as frutas produzidas no próprio assentamento, ou compradas de produtores locais, o que promove o desenvolvimento local. Não há uso de agrotóxicos e realiza-se a compostagem dos resíduos orgânicos gerados no processo. Ao longo da pesquisa ficou claro que o modelo de agroindustrialização proposto pelo MST visa romper com a lógica hegemônica agroindustrial em vários aspectos: Desde a apropriação dos meios de produção pelas trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, fazendo com que estes tenham autonomia, o que amplia os ganhos sociais e econômicos. Passando pela visão holística do trabalho realizado, evitando assim que este seja alienado. Até a forma como a natureza e os alimentos são vistos pelo coletivo, estando intrinsecamente relacionados à reprodução do modo de vida camponês.

A remuneração dessas mulheres é um diferencial para a qualidade de vida de suas respectivas famílias assim como para todo o assentamento, sendo assim além de tentar romper com a acumulação capitalista e o processo de produção de mais-valia, a construção coletiva dessas mulheres representa um passo importante tanto na luta contra o agronegócio quanto no rompimento da divisão sexual do trabalho, mostrando que as trabalhadoras não estão vinculadas apenas à esfera da reprodução e do trabalho doméstico.

Resultados

O trabalho das Camponesas é de suma importância para a promoção de uma agricultura diversificada e de base agroecológica, que permita o rompimento com a monocultura vinculada ao uso excessivo de agrotóxicos e transgênicos. A pesquisa de doutorado vem mostrando que existem muitos desafios a serem superados para o estabelecimento desse modelo de agroindústria e para isso é fundamental que os atores sociais envolvidos tenham acesso a políticas públicas eficazes e à assistência técnica. Mesmo reconhecendo todas as dificuldades, o grupo entrevistado se mostrou satisfeito com o processo, mostrando que agroindustrialização pode ser uma fonte não somente de renda, mas de emancipação e reprodução social do campesinato brasileiro, principalmente quando o coletivo é majoritariamente feminino.

As mulheres falam com orgulho que, através da renda gerada foi possível adquirir móveis, eletrodomésticos, roupas e alimentação, não só para elas quanto para suas famílias, porém a geração de renda ainda é pequena, até porque a pandemia atrapalhou o pleno desenvolvimento da agroindústria. Por isso, ainda é difícil agregar mais pessoas, inclusive mulheres no projeto, o que mostra que ainda não há pleno reconhecimento do protagonismo feminino no trabalho. Todavia, o desejo das Camponesas é que a comunidade do assentamento compreenda que essa conquista é coletiva e que quanto mais pessoas abraçarem a causa, será melhor para todos. No que se refere à divisão sexual do trabalho, apesar de identificar que as mulheres Camponesas no Florestan Fernandes, diferentemente de outras realidades, possuem voz, participam das práticas e decisões que envolvem tanto o assentamento quanto a produção, ocupando, inclusive, espaços



de coordenação, verificou-se que ainda há a manutenção da responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e de cuidado com a família, trabalho este que se acumula com outras atividades, deixando-as muitas vezes sobrecarregadas.

Referências bibliográficas

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Tecnologia, meio ambiente e sociedade: uma introdução aos modelos teóricos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Pensamentos Ecológicos I**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2022.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Pensamentos Ecológicos II**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2023.

MOURA, Raquel Piedade. **Agroecologia, Tecnologia Social e Agroindustrialização: As Camponesas do Assentamento Florestan Fernandes (ES)**. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: junho de 2023.

OLIVEIRA, Margarita; et al. **A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**. Brasília, DF: CEPAL, 2021. (Documentos de Projetos). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf. Acesso em: junho de 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - PENSSAN. **Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.